
056ª SESSÃO ORDINÁRIA 21JUN2017

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Saúdo todos que nos visitam nesta tarde. Informo previamente – logicamente que boa parte da assistência encontra-se presente para possíveis votações dos projetos do Executivo nesta Casa – que os projetos não se encontram na Ordem do Dia, tendo em vista que não tiveram Parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Todos são muito bem-vindos, mas não teremos, na Ordem do Dia de hoje, a votação de nenhum dos projetos encaminhados pelo Executivo Municipal.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; colegas municipais, apesar de não haver votação hoje, acho que é um momento importante de diálogo que podemos fazer aqui com o conjunto dos Vereadores. Vereadores Adeli e Oliboni, agradeço pela Liderança do PT poder abrir este debate, mas quero começar com uma exigência de respeito. Hoje se tivéssemos superado o momento da CCJ - o Ver. Márcio Bins Ely pediu vistas, e não há Parecer ainda -, poderíamos votar o que chamamos de confisco dentro de um momento de arrocho salarial, um confisco do salário dos municipais e das municipais. Mas esse confisco - depois vamos entrar mais no tema - está num contexto muito perverso deste novo Governo, que, se não mudar a forma, Vereadores e Vereadoras, de enxergar o funcionalismo, o grande prejuízo será da cidade de Porto Alegre. Nós já estávamos vendo a maneira de se referir nas rádios, na televisão, mas o Prefeito, através da sua assessoria, tem postado esse tipo de publicação. É a primeira que mostro aqui porque as pessoas não acreditam que está no *site* oficial do Prefeito. Ninguém consegue acreditar que o Prefeito use o personagem Buzz Lightyear para criticar, dizer que existe militante vândalo, que diz que pode dar aumento sem consequência para o orçamento, e se referir, usar a expressão: parece que não tem vida inteligente por aqui, olhando para os municipais. E se a gente somar e olhar o outro *post*, que vocês todos já viram, se indignaram, repudiaram, e que, na minha opinião tem que ter representação jurídica, porque é claramente assédio ao funcionalismo

municipal, para deprimi-lo, para desprestigiá-lo, para tirar sua autoestima, para que se submeta a qualquer política desastrosa, com são as políticas que estamos vendo. Onde é que se viu um *post* desse, considerando o funcionário como alguém que tem uma visão estreita, que exige aumento, que nada sabe de economia, que nada sabe da Prefeitura de Porto Alegre? Esse tipo de manifestação é inaceitável na figura de um representante da população, porque tenho certeza de que os pais e mães que ontem, inclusive, repudiaram o Secretário de Educação, estão defendendo a educação e exigindo professores, monitores e trabalhadores em educação. Portanto, ele não representa a cidadania de Porto Alegre. A cidadania de Porto Alegre está exigindo médico nos postos de saúde, enfermeiros, técnicos de enfermagem, equipe para atender a sua saúde, Ver. Olibone; também admira e prestigia o trabalho do servidor público, assim como dos demais funcionários fundamentais. E na hora da chuva, na hora do trânsito, na hora de tantas necessidades de políticas públicas, sabe que quem precisa do funcionalismo público é a população, a política pública, e que um Prefeito não está autorizado a postar esse tipo de ofensa ao funcionalismo público. Mas ele vai mais longe; eu quero mostrar uma última postagem, sobre a incitação à tortura e a violência, ou não dá para ler isso quando ele fala das pichações: a guarda, agora tem poder repressivo. E diz assim: está a fim de cometer vandalismos, vem pichar POA, vacilão. Quem não lembra a tortura que um rapaz fez num jovem, inclusive, com problemas mentais, tatuando na sua testa: “ladrão, vacilão”? E ele foi preso porque isso é crime, isso é violência! Esse tipo de *post*, de ameaça, de agressividade, de intolerância pode ser gerado por um Prefeito Municipal? Na minha opinião, não! Então é muito grave o que nós estamos assistindo. E o conjunto de ataques ao funcionalismo: hoje, de manhã, violência contra os municipais em frente à Prefeitura, é inaceitável, Vereadores e Vereadoras. É inaceitável! Nós nunca vivemos isso na cidade de Porto Alegre! Nunca vivemos um tempo de arrocho, de ameaça e de desrespeito. E nós queremos e temos certeza como... Esta Câmara já deu uma grande lição, se posicionando de maneira soberana, de maneira forte, Ver. Mauro Pinheiro, em relação ao tema da recomposição salarial. Eu tenho certeza que esta Câmara, aqui, não vai admitir violência, desrespeito, assédio moral e leis que retirem direitos! Que a Prefeitura, o Sr. Prefeito e a sua equipe mostrem competência para arrecadar mais, para resolver os problemas de gestão, os problemas de terceirização, os problemas de corrupção e se apresente como gestor de verdade, buscando a parceria com o conjunto

do funcionalismo! É assim que nós esperamos votar aqui em respeito a vocês, à Cidade, à cidadania e à história da cidade de Porto Alegre. Um grande abraço.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde aos municipais e às municipais de Porto Alegre, quero cumprimentar, em nome da oposição, cada um dos nossos valorosos servidores municipais que lotam, mais uma vez, a Câmara de Vereadores, garantindo com que haja uma pressão necessária para que mais um projeto que ataca a categoria não seja aprovado pela Câmara de Vereadores. Não vamos nos esquecer que há exatos dez dias, a categoria lotou a Câmara de Vereadores, e, a partir da sua pressão, da mobilização, da luta de vários Vereadores, o Governo foi obrigado a retirar o projeto que acabava com a obrigatoriedade da reposição da inflação. Essa vitória foi fruto da mobilização e da certeza de que nós precisaremos da mais ampla unidade para derrotar um projeto político claramente neoliberal, um projeto de colapso dos serviços públicos, de desmonte da assistência, de terrorismo com o funcionalismo, e aí não só em relação aos salários e às ameaças de parcelamento sistemáticas, mas, sobretudo ao desrespeito aos municipais e às municipais da cidade de Porto Alegre. Um projeto que trata de demonizar o servidor público para justificar uma política privatista para tratar de diminuir o tamanho do Estado entregando as nossas riquezas aos grandes grupos capitalistas. É o que eles querem fazer com a Carris, que hoje está no jornal que, se não melhorar a gestão, será privatizada – Marchezan reafirmando novamente. Mas não é justamente a gestão dele que está sucateando a Carris, deixando sem peça, atacando os trabalhadores? O mesmo Hospital Materno Infantil Presidente Vargas, com superlotação, com falta de funcionários, também ameaçado de privatização. É o mesmo em relação à orla, ao Mercado Público; e esse acordo feito com a Comunitas, que representa os interesses dos banqueiros, os interesses das empreiteiras, é a demonstração política de para quem o Marchezan quer governar. Isso não é nenhuma novidade para nós, da oposição, e para boa parte da categoria dos municipais, mas precisa ficar cada vez mais claro para a população de Porto Alegre, porque, para derrotarmos esse projeto

político, global, de ameaça, de ajuste, de arrocho, de parcelamento do salário, de ataque à Previdência, será necessária uma ampla unidade com o povo de Porto Alegre e a pressão da Câmara de Vereadores para que haja derrotas aos projetos que querem atacar os direitos do povo. Nós tivemos um belo exemplo quando, antes mesmo de entrar, o Marchezan queria tirar o 13º salário da categoria não prevendo, prezado João Ezequiel, a antecipação do IPTU. E a categoria fez uma mobilização enorme junto com o povo que queria o seu direito e o seu desconto do IPTU, e garantiu o 13º salário. Agora, na reposição da inflação, novamente, mobilizações muito fortes na cidade de Porto Alegre, mas os ataques não cessam. Foi assim na rede municipal de ensino com a imposição de uma rotina escolar, chantageando as direções de escolas e os professores para se adequarem ao verdadeiro ataque à educação pública municipal. Tem sido assim na assistência social, que vive um colapso em cada um dos CRAS e Crees por falta de funcionários. Tem sido assim na saúde com a falta de funcionários e com as condições com que vocês são obrigados a viver, cotidianamente, de falta de recursos. Tem sido assim no esporte com eles querendo tirar os professores da área do esporte. Tem sido, Alex, que vai falar das EMEIs, na educação infantil da nossa Cidade com a falta de professores. Na Carris, Roberto, com o tema grave do ataque aos trabalhadores rodoviários. E nós, ao fazer esse diagnóstico, temos que ampliar a nossa luta e a nossa capacidade de enfrentamento diante desses ataques.

Hoje, que deveria entrar em votação um projeto que significa um confisco do salário da categoria, ampliando de 11% para 14% a alíquota da previdência, em tempos de arrocho salarial, que significaria a perda real de 8% no salário da categoria, para fazer caixa com o salário dos municipais. O fato de o projeto não entrar em votação não significa que a mobilização não seja necessária para que se exija imediatamente a retirada desse projeto. Nós estivemos em uma audiência pública na segunda-feira, e as audiências públicas não podem ser para inglês ver. A categoria foi clara: retire esse projeto; não vão governar atacando os servidores municipais; o Governo passará e os servidores ficarão! Terrorismo, ameaças, mentiras, como fizeram com aquele *banner* que dizia que os servidores queriam aumento, quando na verdade querem reposição da inflação. Eu tenho dito, mesmo que quisessem aumento, essa categoria merece aumento, quem não merece aumento são os supersalários dos Secretários; quem não merece aumento é o cabide de

empregos do Governo Marchezan; quem não merece aumento são as empreiteiras, com os empréstimos para as obras da Copa.

Portanto, nós queremos parabenizar a luta de vocês. Nós já derrotamos duas vezes o Marchezan, precisamos derrotar a terceira. Muita mobilização, muita luta; contem com a oposição.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Felipe Camozatto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Obrigado, Presidente; boa tarde, colegas Vereadores, boa tarde ao público presente, agradeço pela atenção e por poder falar logo após a Ver.^a Fernanda, que fez questão de destacar em sua fala a categoria, a categoria, “temos que defender a categoria”. E eu queria perguntar e fazer uma reflexão com todos que estão aqui presentes: quem é que vai falar aqui pela maior categoria de Porto Alegre: o pagador de impostos?

(Manifestações nas galerias.)

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Pagam, e muito.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Senhoras e senhores que nos visitam nesta tarde, solicito, como é de praxe, que quando um Vereador estiver na tribuna, por favor, escutem. Ao final das considerações, concederei o tempo para as devidas manifestações. Espero que possamos ter a compreensão de quem nos visita, que não muito bem-vindos, para que possamos ter uma boa tarde de trabalho. Obrigado, devolvo o tempo ao Ver. Felipe Camozatto.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Precisa estar incluso nessa discussão quem paga a conta, e não são só vocês que pagam muito imposto, são mais de 1 milhão de porto-alegrenses. Então, quando se fala em defender a categoria, pensem que existem muitas outras

categorias que vão pagar a conta. Eu preferia estar discutindo aqui, por exemplo, a privatização de estatais com seus R\$ 55 milhões de prejuízo...

(Manifestação nas galerias.)

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Vocês querem tudo? Vocês querem ter estatal deficitária em 55, 60 milhões de reais? Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Senhoras e senhores, nós estamos bem acostumados aqui a trabalhar com as galerias cheias e temos conseguido ter a compreensão das senhoras e dos senhores que nos visitam. Teremos votações importantes pela frente. Quero lhes dizer que ninguém vai fazer com que os Vereadores não possam se manifestar. Se continuar deste jeito, as próximas Sessões terão controle de público. Então, por favor, nos ajudem no trabalho para que todos possam continuar trabalhando. Ninguém vai calar o Parlamento!

(Manifestações nas galerias.)

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Como eu estava falando, eu preferia discutir privatização de estatais, que dão um prejuízo de quase R\$ 60 milhões ao Município, para não precisar discutir aumento de alíquota da Previdência, que é um resultado de R\$ 30 milhões. Mas precisa ter disposição para o diálogo. Nós entendermos que matemática é uma ciência exata e que não existe dinheiro para tudo. Por falar em Previdência do Município, foram R\$ 651 milhões no ano passado que a Prefeitura colocou para cobrir o rombo da Previdência. Vamos abstrair o que significa a Prefeitura...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Vocês não estavam querendo o diálogo? Vocês não são o sindicato que defende o diálogo? Então, escutem, vocês têm que respeitar o contraditório, pessoal, senão não existe diálogo!

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Vereador Felipe Camozzato, eu vou suspender a Sessão por cinco minutos, depois retorno o seu tempo.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h40min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): (14h43min) Estão reabertos os trabalhos da presente Sessão.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Bom, como eu estava dizendo, precisamos falar sobre quem paga a conta e que não está aqui presente, não está virando as costas para o Parlamento; afinal de contas, está trabalhando para pagar os impostos que vão custear os salários de vocês também. Mas eu preferia estar discutindo aqui privatização de estatais, como nós temos quase R\$ 60 milhões em prejuízo com estatais, para não precisar discutir aumento de alíquota previdenciária, que vai dar um impacto de R\$ 30 milhões. E quando nós falamos de previdência, são R\$ 651 milhões que a Prefeitura aportou para cobrir o rombo da previdência no ano passado. É preciso abstrair, quando eu falo em Prefeitura, o que isso significa? A Prefeitura nada mais é do que uma administração de recursos de todos aqueles que pagam impostos numa cidade, desde o trabalhador de posto de gasolina, a pessoa que recebe o Bolsa Família, mas que vai lá, contrata serviços e paga ISS, paga o IPTU, e, portanto, também colabora com a receita do Município - todos esses que estão pagando a conta. Esses R\$ 651 milhões significariam 7,5 secretarias de assistência social, se fossem aplicados na nossa Cidade; significariam quase duas vezes uma secretaria de obras, de acordo com o último ano; são quase 12 secretarias de segurança aqui em Porto Alegre. Quem não gostaria de ter 12 vezes mais guardas municipais em Porto Alegre? Doze vezes mais investimento em viaturas, em infraestrutura de segurança? Então, nós precisamos discutir isso. Afinal de contas, o acordo, o que está no regimento é que a Prefeitura, no Previmpa, entraria com 22%, no modelo antigo de repartição simples, e o servidor com 11%. Na prática, em vez de a Prefeitura cobrir o dobro do que o servidor paga, a Prefeitura atualmente paga nove vezes mais! Nove vezes o que o servidor contribui. Então, neste momento em que a gente está discutindo um projeto que aumenta a alíquota de 11 para 14%, o que se está propondo é que se aumente 3% na contribuição do servidor, para não ter que pedir àqueles que já

pagam nove vezes mais que contribuam com ainda mais. Isso, sim, é um confisco! Isso, sim, é um achaque a quem trabalha, paga os seus impostos e espera ver da Prefeitura os serviços públicos sendo bem prestados. Vejam bem: servidor público deve ser remunerado, deve receber seu dinheiro, não deve ter parcelamento e deve receber sua aposentadoria. Mas nós precisamos fazer o discurso racional: olhar para os números e ver que diante do que constatamos, nós precisamos tomar uma atitude. Então não sejamos imaturos em ignorar o problema e sejamos maduros para encará-lo de frente e propor soluções alternativas, se essa não está adequada. Mas o que eu estou vendo, cotidianamente, enquanto Vereador independente que sou, pois não sou da base do Governo e tampouco sou da oposição... Eu não vejo proposta alternativa. O que eu vejo é o Simpa vindo criticar o que está dado, criticar os números, criticar a matemática. Que propostas alternativas existem? Muito poucas, insuficientes. O que o pagador de impostos preferiria pagar? Ele preferiria pagar 12 vezes mais investimentos na segurança pública, ou ainda mais do que nove vezes do que ele já contribui para a previdência do servidor municipal. É esse debate que nós estamos fazendo, chamar e convidar o servidor a contribuir com 3% a mais não é achacar ninguém. É, sim, saber que existe um problema financeiro que precisa ser discutido, então que se apresentem alternativas viáveis, porque não adianta vir aqui e falar que basta tributar os mais ricos, basta ir atrás dos sonegadores. A Prefeitura de Porto Alegre é uma das Prefeituras que mais recupera dívida do Brasil. Então, se vocês sabem como recuperar mais do que a Prefeitura já recupera, eu tenho certeza de que os servidores da Fazenda vão querer ouvir, os auditores vão querer ouvir como fazer isso. E eu teria interesse também em recomendar isso e fazer um projeto aqui na Câmara de Indicação ao Executivo de como fazer para conseguir ter mais recursos, sendo mais eficiente na arrecadação. Então temos um problema e nós precisamos atacar esse problema de frente. É esse debate que nós precisamos fazer de maneira madura, e o diálogo é preciso. Então não adianta ficar falando babaca, otário, discurso de fascista de quem calar o Parlamento para tentar impedir um debate que precisa ser feito. O que eu estou fazendo aqui... (Vaias.) O que eu estou fazendo aqui e que tu não te dás conta, infelizmente, é tentar fazer com que tenha recurso para te pagar no futuro. Então, ou a gente enfrenta a matemática como ela deve ser, como uma ciência exata, ou a gente aceita que perdemos a batalha e que o dinheiro acabou e que não teremos como receber os nossos salários. Pois é para isso que

estamos caminhando para acontecer. Muito obrigado pela desatenção de quem propunha o diálogo, como os servidores do Município de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores, colegas municipais, Vereadoras e Vereadores, eu gostaria inicialmente de fazer um pedido aos colegas municipais: Por mais que se sintam provocados, não caiam neste jogo, é um jogo antigo, já vi muitas vezes Vereadores virem a esta tribuna chamar servidores públicos e trabalhadores de vagabundos, entre outros adjetivos, e isso só é feito justamente para jogar aqueles que vêm reivindicar seus direitos contra alguns dos Vereadores que ainda podem estar pensando ou refletindo sobre o seu posicionamento com relação a temas que estão transcorrendo nesta Casa. Portanto, peço a sensibilidade de vocês para que deixem as manifestações, e depois façam os devidos elogios ou críticas quando o Vereador descer da tribuna, por favor.

Com relação à fala dos que me antecederam, gostaria de destacar um segmento da fala do Ver. Felipe Camozzato, que trouxe a essa tribuna que a economia - digamos assim, para ele - feita através deste projeto que chegou a esta Casa Legislativa poderia ser aplicado e investido em serviços públicos. Mas o questionamento que faço é: Quem prestará esses serviços públicos? Quem prestará? Talvez a ideia do Vereador seja justamente terceirizar os serviços públicos e colocá-los nas mãos de empresas privadas, talvez essas mesmas empresas privadas que, ao serem terceirizadas, não prestam o serviço com qualidade, como por exemplo, a empresa que fazia a limpeza dos bueiros pelo DEP, que escoou literalmente pelo ralo ou pelas bocas-de-lobo, milhões de reais desta Cidade. Esta é a cara da terceirização do serviço. Então vamos pensar em investimento público, sim, mas com a valorização daqueles que o prestam, que são os servidores, e vamos valorizar esse povo, vamos qualificar o seu trabalho, vamos dar a eles recursos para que possam desempenhar suas funções com dignidade e também com eficiência. Eu gostaria de continuar a minha fala, e falo em nome do meu partido, o PSOL, Portanto, em nome do Ver. Roberto Robaina e da Ver.^a Fernanda Melchionna,

com relação a alguns problemas crônicos da nossa Cidade e de certa forma também, históricos. Hoje pela manhã, eu visitei uma Escola Municipal de Educação Infantil. Não conheço muito a realidade, estou procurando me inteirar, porque sou servidor do Município e tenho um conhecimento maior sobre as escolas de Ensino Fundamental, mas verifiquei que a situação das EMElS não é mais confortável do que das EMEFs nesta Cidade. Faltam servidores, quadro, o que gera desassistência das comunidades. E se a lógica do Prefeito era justamente fazer a população economicamente ativa ter mais recursos ou ampliar postos de trabalho, por que não dar aos pais e mães dessas comunidades alguém ou algum serviço que possa justamente guardar os seus filhos, educá-los e instruí-los com segurança e qualidade, coisa que não está sendo feita. Esta escola que visitei hoje de manhã, por conta de uma demanda e uma denúncia de mães que vieram até a Câmara fazer justamente o relato de que a escola não está conseguindo atender as crianças no tempo integral, até às 19h, justamente por falta de efetivo. Este Governo não contratou um professor ou uma professora desde que iniciou o ano letivo; nenhum monitor e nem uma monitora foram contratados. Isso está prejudicando o serviço prestado a essas comunidades. Pais e mães estão tendo que abrir mão de ofertas de emprego, justamente, porque não têm com quem deixar seus filhos. Infelizmente, os colegas estão fazendo revezamento dentro das suas cargas horárias, para, minimamente, atender essas comunidades, o que é lamentável. Um direito da assistência e educação infantil, dado por lei, não está sendo feito nesta Cidade. Por conta disso, pedi à minha Comissão, à CEDECONDH, e na terça-feira que vem teremos aqui o encontro, justamente para debater a situação do RH dentro das nossas escolas municipais de educação infantil e vamos questionar a Secretaria Municipal de Educação, como está o serviço, qual a previsão do chamamento de novos servidores, porque nós temos concursos abertos, e o Tribunal de Justiça se manifestou, categoricamente, dizendo que a Prefeitura não comprovou que não tem caixa para efetivar os pagamentos - ela arrecadou três vezes mais do que a folha salarial -, então existem recursos, o que não existe é boa vontade e... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni está com palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde Vereadores e Vereadoras, colegas servidores da Câmara, servidores municipais que mais uma vez lotam o plenário da Câmara, quero fazer uma saudação muito especial e reafirmar o que muitas vezes eu subi aqui para falar: é fundamental o papel dos servidores públicos, e a sua luta – eu fui criado por dois servidores, pai e mãe funcionários públicos – não é um debate meramente situacional. Passam-se os anos, e a luta é permanente. Infelizmente, até aqueles aqui que defendem o Estado mínimo, a privatização, e eu respeito, tenho total respeito por vários colegas, inclusive pelo Felipe, mas digo que essa conta não pode ser paga sempre pelo mesmo lado, porque a política sempre se resolve do lado mais fraco: ou é trabalhador, ou é pobre ou são aqueles que ganham menos. Essa é a lamentável realidade que se propaga, governo após governo, por falta de gerenciamento político, e a crise política, Alex, não pode ser paga por eles. Eu não vejo mobilização, Felipe, de grandes empresários aqui, eu não vi mobilização, nunca, na Câmara, de juizes, de promotores, dos altos cargos que se tem; eu vejo sempre dos setores mais pobres, sempre dos que têm dificuldade. Eu estava pensando o seguinte: essa culpa não é de um prefeito. Se tem essa dívida, se tem essa discussão, se tem toda essa dificuldade que se fala, a culpa é da política de muito tempo. E eu não estou aqui defendendo o Marchezan, mas estou dizendo que é uma conta de governo após governo, só que não pode ser que todo ano se encha o plenário dos mesmos para defender o mínimo dos seus direitos. Agora, passou aqui a votação do reajuste dos salários dos Vereadores, e eu, pessoalmente, não assinei! Como é que eu vou assinar reajuste dos salários dos Vereadores na situação em que a gente está? Não assinei e não vou assinar! Não vou assinar! Não é o momento para se discutir reajuste dos salários dos Vereadores, Alex, se tem dificuldade para pagar professor, para pagar guarda municipal. A política passa; pode ser que eu não esteja aqui, Ver. Valter, no outro ano, em 2020. Quem faz e constrói a política pública não são os políticos; quem faz e constrói a política pública são os servidores, com certeza absoluta. O Maroni, a Fernanda, o Valter, o Felipe, todos nós somos passageiros; nas Secretarias, na limpeza, na segurança, na educação, na saúde, quem está lá? Pode até ter um gestor por dois ou três anos, muitas vezes, preocupado com o seu troninho na próxima eleição, porque, lamentavelmente, o que se faz na política hoje é se preocupar com a próxima eleição.

Agora, os servidores não, esses vão ficar 30 anos, 40 anos trabalhando para a população. Eu não tenho dúvida nenhuma disso.

Também quero falar sobre um momento terrível, eu falava sobre isso na segunda-feira. Hoje, eu fiquei sabendo que o pessoal do MBL – é verdade, Ezequiel? – foi lá debochar de vocês. Eu queria muito ser entrevistado pelo pessoal do MBL. Lamentavelmente, é o reflexo, gente, da maior crise política que se teve no País, de referência. Se o povo não acredita na política, surge o MBL; se o povo não acredita nos políticos, surge o MBL, porque é um discurso fácil, um discurso de ódio, um discurso para tentar apequenar, dividir. Dizem que nós fazemos a discussão de pobre contra rico; mas eu não vejo o MBL bater em nenhum rico, eu não vejo o MBL fazer deboche com nenhum ator da TV, com nenhum empresário, com nenhum grande jogador de futebol; o deboche é sempre contra os pobres e contra quem defende os pobres – isso é lamentável!

Na segunda-feira, eu fiquei de falar sobre uma coisa sobre a qual não tenho como não falar. Quero fazer uma saudação de profunda lamentação pelo que eu vi na sexta-feira. Olhem que momento a gente vive! Daí, eclode o MBL. Na quarta-feira, véspera de um feriado, gente pobre, que são os brigadianos, é pobre, é servidor, tiveram que desocupar gente pobre de dentro do Lanceiros Negros! É pobre contra pobre! Sabem quem ocupa muitos lugares em Porto Alegre? Os brigadianos que não têm como sobreviver! Têm muito brigadiano ocupando lugar para viver e tem que ir lá para desocupar! A culpa é de um Governador? Não digo, porque acho que a dificuldade de conseguir moradia é difícil. Agora, a juíza que decretou isso, estava dentro de casa, com ar-condicionado, enquanto tinham crianças na calçada! Essa é a realidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): (15h05min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Apregoo o Termo de Indicação da Ver.^a Comandante Nádia como titular da Procuradoria Especial da Mulher, para o período de 22 de junho de 2017 a 21 de junho de 2018, bem como da Ver.^a Fernanda Melchionna para o período de 22 de junho de 2018 a 21 de junho de 2019.

O Sr. João Carlos Nedel: Sr. Presidente, no meu entendimento as regras dizem que a eleição é por um ano.. Então, neste ano nos vamos votar o primeiro e depois, vencido o mandato, no ano que vem votaremos o segundo. Não há seqüência; a votação é anual e pelo mandato de um ano.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Vamos verificar.

A Sra. Fernanda Melchionna: Presidente, eu queria, primeiro dizer que é um encaminhamento que diz respeito à Procuradoria Especial da Mulher, que foi criada na Câmara de Vereadores, e, segundo, que nós já estamos fazendo a eleição para os próximos dois anos, por requerimento, assinado por todas as Vereadoras mulheres desta Câmara. Eu queria deixar o registro da luta histórica do movimento de mulheres pela autonomia e autodeterminação dos seus e das suas instâncias, comandadas e discutidas pelas mulheres, como esta Câmara sempre fez, desde a criação da Procuradoria Especial da Mulher. Então, quero esclarecer isso esperando que esse problema se resolva pela intervenção, pela assinatura e pela discussão das mulheres.

O Sr. João Carlos Nedel: A votação é feita pelos Vereadores também. Então, vamos seguir o Regimento, a orientação, tudo de acordo com as regras.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Esta Presidência faz um requerimento solicitando a retirada do Termo de Indicação. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 141/14. (Pausa.) O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLL nº 141/14.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Boa tarde aos municipais, aos trabalhadores e trabalhadoras que vieram na Câmara hoje; boa tarde aos Vereadores e Vereadoras. Nós, do PSOL, apoiamos a proposta do Ver. Idenir Cecchim, que é simples e tem uma ideia básica: tratar para que haja o desenvolvimento na Cidade. Queria aproveitar, Ver. Cecchim, o seu projeto, porque acho que é uma questão de respeito também com as

peças que vieram a esta Casa para discutir um tema que também está ligado ao desenvolvimento econômico. Parece mentira, mas o tema do Previmpa é de desenvolvimento econômico por uma razão muito concreta: o Governo Marchezan, Ver. Cecchim e demais Vereadores do PMDB, tem um projeto para a cidade de Porto Alegre que é recessivo. O Brasil já está há três anos em recessão. Qual é o projeto do Governo Marchezan em relação aos servidores públicos? O projeto do Governo Marchezan em relação aos servidores públicos combina duas questões; primeiro, a redução real de salários. Por que via se realiza a redução real de salários? Pelo projeto e pela política que ele tem, na campanha salarial, de reajuste zero. O reajuste zero com uma inflação existente, embora pequena, significa redução real de salários dos servidores municipais, mas, se não bastasse a redução real de salários, o Governo Marchezan, com seu projeto, tem também uma política de redução nominal de salários, que se expressa num aumento da alíquota do Previmpa.

O Sr. João Carlos Nedel: Vereador...

O SR. ROBERTO ROBAINA: Eu estou com a palavra, Ver. Nedel.

O Sr. João Carlos Nedel: E o crepe suíço?

O SR. ROBERTO ROBAINA: O senhor, como um defensor do Sr. Marchezan e desse projeto recessivo, acha que os assuntos não estão ligados porque o senhor deveria, como membro do PP, apoiar os projetos do PSOL para investigar a corrupção no DEP, que é administrado há anos pelo seu partido. Aqui, o que nós estamos debatendo é o nosso apelo, primeiro à bancada independente. Eu sei que o Dr. Thiago, o Ver. Mauro Pinheiro, o Ver. Ferronato e vários outros Vereadores têm claro que é preciso desenvolvimento em Porto Alegre. Portanto, nós não podemos aceitar projetos recessivos. E eu confio que a bancada do PMDB – por isso o Ver. Cecchim, nesse sentido, tem importância – também vai se recusar a que haja um arrocho no salário dos servidores públicos, que vai ter impacto na economia da Cidade, porque, se nós tivermos milhares de pessoas que são consumidores, com seus salários reduzidos, isso vai significar redução do consumo; redução do consumo significa redução do emprego, que quer dizer redução da produção.

Esse é o projeto que nós queremos derrotar. Por isso, quando o PMDB apresenta propostas pontuais de desenvolvimento em qualquer área, por mínimo que seja, o projeto do Ver. Cecchim é um projeto singelo, mas indica um caminho. Porque não vai ter mercados alternativos em Porto Alegre, se não tiver quem consuma. E nós sabemos que Porto Alegre é uma Cidade onde os servidores públicos têm um peso enorme na economia. E arrochar os salários dos servidores públicos significa reduzir, por exemplo, a capacidade tributária da Cidade. O Ver. Felipe Camozzato que vem aqui falar em imposto não sabe que projeto recessivo significa diminuir a carga tributária; portanto, diminuir a capacidade de atendimentos aos serviços públicos, aos moradores, às pessoas que necessitam de saúde, educação. Nós, do PSOL, temos outro projeto; nós achamos que sim, que para ter financiamento do setor público, é preciso ter recursos. Não há setor público que possa funcionar sem recursos, mas o nosso projeto é que os recursos para financiar o setor público venham dos mais ricos da cidade de Porto Alegre. Por isso defendemos o imposto progressivo do IPTU, por isso defendemos o combate aos sonegadores. Essa é a forma de termos política tributária que seja capaz de arrecadar mais; portanto, uma Prefeitura que tenha política real de desenvolvimento da Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, nós estamos discutindo o PLL nº 141/14. Eu não interrompo ou corto a palavra de Vereador na tribuna, mas solicito que se atenham ao tema do projeto que está em discussão. Ver. Roberto Robaina, o senhor já teve seu tempo na tribuna. Eu solicito isso para todos os Vereadores. Ver. Roberto Robaina, o senhor usou os cinco minutos e mais um minuto, o senhor não se ateuve ao tema. Eu só estou pedindo para os próximos oradores que se atenham ao tema do PLL nº 141/14.

(Aparte antirregimental do Ver. Roberto Robaina.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Não tem problema. O Ver. Roberto Robaina disse que o Ver. João Carlos Nedel tentou desconstitui-lo, mas o seu microfone nem

estava aberto, Ver. Robaina. Então, eu não posso passar da sua fala, não fazer o registro que o senhor não se ateuve ao tema.

(Aparte antirregimental do Ver. Roberto Robaina.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Não tem problema, o senhor pode subir à tribuna novamente. Eu lhe peço que, desta vez, o senhor fale sobre o projeto. Desta vez, se o senhor não se manter no tema, eu vou cortar o som do microfone.

O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLL nº 141/14, por cedência de tempo do Ver. Prof. Alex Fraga.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Muito obrigado, eu vou falar pelo PSOL, quero dizer que o Cassio, como Presidente, não pode fazer juízo de valor sobre as intervenções, porque ele tem o microfone ligado e não liga o meu, e aqui nós não podemos ter Renan Calheiros comandando a Câmara Municipal. Eu quero dizer que todos os Vereadores são iguais, e não vai ser um Vereador com posições reacionárias, como o Sr. Nedel, que vai me intimidar! (Som cortado, conforme determinação da presidência dos trabalhos.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Como eu disse anteriormente, nós estamos discutindo o PLL nº 141/14. O senhor não está se atendo ao tema, então, infelizmente, vou ter que lhe pedir que o senhor encerre a sua fala. Muito obrigado, Vereador.

(Aparte antirregimental do Ver. Roberto Robaina.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Vou chamar o próximo orador.

(Aparte antirregimental do Ver. Roberto Robaina.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Não tem problema, Vereador. Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h21min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): (15h24min) Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLL nº 141/14.

O SR. CASSIÁ CARPES: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, municipais, para não fugir da pauta, mas vocês sabem como eu voto, então não há necessidade de fazer proselitismo. Automaticamente quero me referir ao PLL nº 141/14, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, fazendo um esclarecimento, porque às vezes as pessoas estão em casa e cobram da gente “Mas vocês estão fazendo projetos para incluir crepe suíço?” Então, quero desmistificar. Nós temos, sim, a prerrogativa de incluir, naquele grupo de produtos da Secretaria da Saúde, SMIC, outro produto para venda aos consumidores. Só para esclarecer, porque fica meio confuso estarmos acrescentando um produto a uma lei ou regulamentação. O que o Ver. Cecchim está fazendo é incluir mais um item de alimentação para a venda na Cidade – o que é bem-vindo. Por isso faço questão, Cecchim, de esclarecer, porque as pessoas estão lá do outro lado pensando por que um Vereador está se metendo em incluir um produto.

Ao mesmo tempo, quero observar e vou convidar que, uma hora dessas, a SMIC e também a Secretaria de Saúde do Município venham à nossa Comissão de Saúde da Casa, para que possamos fazer uma análise dos produtos que estão sendo vendidos, do seu comportamento, e peço ajuda dos Vereadores, para que possamos entender melhor aquilo que o cidadão porto-alegrense está consumindo. Se a fiscalização é boa, se os produtos são realmente aqueles que comportam, quem sabe podemos até ampliar, por que, não? Mas acho que esse debate é bom.

Portanto, no mérito, o projeto do Ver. Idenir Cecchim é prerrogativa desta Câmara, mas nós podemos ampliar esse debate buscando os órgãos competentes do Município para nos informar como essa questão está sendo tratada no Município de Porto Alegre, em vendas de produtos, principalmente, de alimentação, que hoje a saúde está em primeiro lugar para o cidadão porto-alegrense. Então, eu quero dizer que vamos, conforme nossas prerrogativas, não tem nenhuma questão contrária por parte do Procurador da Casa, não há óbice, portanto, vamos votar favoravelmente. Mas, ao mesmo tempo, vamos abrir esse leque de conversação para que possamos entender quais os produtos que realmente

estão sendo vendidos para o cidadão de Porto Alegre. Vou propor uma Reunião Conjunta da CEDECONDH, que tem Vereadores como a Ver.^a Nádia, a Ver.^a Mônica, o Ver. Sgarbossa, o Ver. Alex, o Ver. Bosco, enfim, vamos tratar melhor essa situação de alimentação para o porto-alegrense com os órgãos da Prefeitura. Obrigado, Presidente.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Antes de chamar o próximo orador, só quero que as Sras. Vereadores e Srs. Vereadores prestem atenção no que diz o art. 19 do nosso Regimento (Lê): "São atribuições do Presidente, além das que estão expressas neste Regimento ou decorram da natureza das duas funções e prerrogativas. [...] g) advertir o orador que se desviar da matéria em debate ou falar sem o devido respeito à Câmara ou a qualquer dos seus membros, cassando-lhe a palavra ou suspendendo a Sessão quando entender necessário." Mais ainda, art. 168 - (Lê): "O Presidente somente poderá interromper o orador [...] II - adverti-lo quando afastar-se da questão em debate". Então, só quero que os Srs. Vereadores tenham muito bem claro o que diz o Regimento desta Casa.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL nº 141/14.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, servidores públicos municipais, senhoras, senhores. O Ver. Idenir Cecchim apanhou bem a necessidade de mudança e adequação na nossa Legislação sobre a venda de lanches em Porto Alegre. Eu só lastimo, Ver. Cecchim, que há uma dificuldade impressionante em nossa Cidade para que os gestores públicos cumpram a legislação vigente, cumpram, inclusive, algumas determinações do cotidiano de suas Secretarias. Aqui o Vereador acrescenta o crepe suíço no preparo de alimentos. Nós já temos licença para pipocas, centrífugas de açúcar – o nosso algodão doce –, churros, agora acrescenta o crepe suíço, o churrasquinho, o cachorro-quente, doces caseiros ou refeição rápida fornecida para o consumo imediato, elaborado com carnes, massas e seu derivados. Ou seja, nós temos uma abrangência maior e uma maior possibilidade de venda de lanches rápidos. O que lastimo é que a burocracia que muitas vezes deveria liberar, por exemplo, o churrasquinho no Centro de Porto Alegre, não há licença de saúde porque os equipamentos não receberam a licença apesar da busca da fiscalização. Uma legislação

que nós fizemos, que adequou... Nós tivemos embates duríssimos contra um Vereador que teimava que tinha que queimar carvão na fuça de todo mundo no Centro, vou ser bem claro com isso, porque foram embates duríssimos. Nós tivemos ajuda de pessoas qualificadas que propuseram a questão do churrasquinho a gás, algo que hoje é um sucesso, no entanto a empresa fiscalizadora autorizada muitas vezes complica a vida desses operadores, vão complicar a vida também do pessoal do churros, do cachorro- quente e agora do crepe suíço. Pode escrever, Camozatto! Por isso hoje passei a V. Exa. e a outros Vereadores, não passei ainda para todos, vou passar um por um chamando a atenção, Ver. Cecchim, para que a gente possa ir visitar a cidade de Farroupilha, que tem um licenciamento instantâneo. Vou repetir: licenciamento instantâneo não precisa esperar horas e desvincula inclusive do habite-se, porque o habite-se é de competência de uma Secretaria que tem que ir atrás para fazer isso. Ou seja, nós temos um avanço incrível, já falei com o Sebrae que disse que pode nos acompanhar, porque eles têm acompanhado o processo de licenciamento na cidade de Farroupilha. Que não apenas o crepe suíço vingue como um lanche rápido, mas que todos os lanches rápidos de Porto Alegre não tenham complicação de nenhuma secretaria, de nenhum burocrata de plantão, porque alguns, em vez de ajudar, complicam. Nós precisamos ter a garantia de que esses lanches rápidos sejam fornecidos com saúde. A gente normalmente fala de lanche rápido de rua, mas a gente devia de se preocupar também com os lanches e fornecimento de comida de um modo geral. Portanto, eu quero acompanhar, Ver. Cecchim, a sua proposição, apoiá-la integralmente e, juntos - temos aqui quatro ex-Secretários: Idenir Cecchim, Valter Nagelstein, Dr. Goulart e eu -, podemos avançar enormemente. Porque aqui ninguém é pai disso ou daquilo, somos agentes públicos, fiscalizadores, como sempre dizia o Ver. João Dib, da coisa pública. Portanto, nós precisamos unir as nossas forças para fazer Porto Alegre avançar. Por isso militamos à frente do empreendedorismo, à frente da revogação de leis, mas é claro que não basta simplesmente revogar leis; é preciso ter gestão também. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PLL nº 141/14.

O SR. DR. THIAGO: Eu quero dizer, Ver. Cecchim, fazer um pequeno reparo na fala do Ver. Adeli Sell, dizendo que são cinco ex-Secretários da SMIC: o Ver. Adeli Sell, o Ver. Idenir Cecchim, o Ver. Valter Nagelstein, o Ver. Dr. Goulart e o Ver. Reginaldo Pujol. E quero dizer que vou acompanhá-lo, Ver. Cecchim, porque entendo que realmente a gente possa incluir esse produto no rol dos que podem ser liberados para consumo a partir da Secretaria Municipal da Indústria e Comércio. Agora o que não pode acontecer nesta matéria é o que está acontecendo na Ramiro Barcelos, esquina com a Independência. Isso não pode acontecer. Eu vou dar o endereço. Atenção, SMIC, por favor, Prefeito: é Rua Ramiro Barcelos, nº 1.110. Lá está acontecendo o seguinte: lá tem um rapaz - Vereadores Idenir Cecchim, Adeli Sell, Valter Nagelstein, Dr. Goulart, Reginaldo Pujol, que foram incansáveis na remodelação do comércio ambulante na Cidade – vendendo produtos com uma licença extremamente precária, dada pela própria SMIC. Eu recebi em meu gabinete a denúncia de que havia um comércio ali, provavelmente ilegal, aí chega lá e a gente acaba descobrindo que há uma licença dada pela SMIC para o cidadão vender relógios, bugigangas naquele local.

O Sr. Idenir Cecchim: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Dr. Thiago, V. Exa. levanta o assunto, o senhor é médico, mas qualquer cidadão, médico ou não, sabe dessa aberração que está acontecendo. Eu vi o comunicado através do WhatsApp e vi a cópia da autorização para vender bugigangas por 20 dias, 30 dias na frente do tal endereço. Isso é um absurdo e certamente vamos levar ao Secretário e vamos levar ao Prefeito Municipal. Isso não pode acontecer. Meus cumprimentos por levantar o tema.

O SR. DR. THIAGO: Obrigado, Ver. Idenir Cecchim. Então, eu quero pedir, desta tribuna, que se tenha mais cuidado, que se observe e que realmente se corrija essa aberração. E eu me compadeço com a dificuldade desses imigrantes estrangeiros que vêm ao Brasil, refugiados ou não. Até posso me compadecer com isso, mas não posso admitir que eles tenham mais direitos, Ver. Felipe Camozzato, que os brasileiros! Não posso admitir isso. Então, vou encaminhar isso à sua Frente, vou encaminhar à Comissão de Direitos Humanos, Segurança Urbana para que se possa verificar a anormalidade que está acontecendo na expedição desse tipo de autorização dada, volto a dizer, no dia 17 de

abril, pela SMIC para que esse cidadão - e talvez outros na Cidade - possa estabelecer comércio irregular, prejudicando os empreendedores, prejudicando os comerciantes daquela região, que pagam os seus impostos, prejudicando o comércio daquela localidade para aferir benefício próprio. Então, realmente, nós, do Democratas, acreditamos, Ver. Pujol, que tem que haver regramento, que nós não podemos conviver na inexistência do Estado. E esse regramento, sem dúvida nenhuma, tem que ser para todos. E isso é o que nós estamos aqui exigindo, que o regramento seja para todos. E, sem dúvida nenhuma, vamos acompanhá-lo, Ver. Idenir Cecchim, no seu projeto pela sua aprovação. Obrigado

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para discutir o PLL nº 141/14.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Boa tarde, Presidente, nobres colegas, população presente. A gente fica muito feliz quando a população vem acompanhar o nosso trabalho, principalmente num dia tão normal, com matérias normais. E eu fico surpreso que no dia de hoje, com essa pauta, a gente tenha um público tão elevado. Queria agradecer a presença das senhoras e dos senhores. Mas atendo-me ao tema, a gente vem discutindo, na Frente Parlamentar de Recuperação do Centro Histórico, essa questão. E vim saudar, em nome do PSDB, o projeto do Ver. Idenir Cecchim, porque nós vemos várias irregularidades e eu não podia deixar de ressaltá-las. Gostaria de saudar duas pessoas, o Ver. Adeli Sell, que está de aniversário no dia de hoje, e também o nosso colega Ricardo Gomes, Secretário de Desenvolvimento Econômico, que vem, na realidade, fazendo um belo trabalho de regularização, de tentativa de combate a essas irregularidades levantadas pelo Ver. Dr. Thiago. Inclusive, a gente fez uma demanda recentemente sobre a Rua da Praia, e prontamente foi atendida. Então queria saudar este projeto que vem, na realidade, trazer a legalização ao comércio que já existe de vários trabalhadores que têm o seu ganha-pão garantido no Centro. E a gente confia e acredita, Ver. Felipe Camozzato, que a gente possa ter, na realidade, um Centro muito melhor do que esse que se deteriorou, infelizmente, nos últimos anos. Gostaria de saudar e dizer que o PSDB votará

favorável ao projeto para regularizar a questão dos crepes. E vou fazer um trocadilho de uma maneira positiva: esse projeto, certamente, vai dar crepe, Ver. Felipe Camozzato.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PLL nº 141/14.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Boa tarde, senhores. Acho uma pena termos que autorizar o crepe suíço, termos que fazer uma lei para autorizar uma coisa específica, um alimento específico. Infelizmente, a nossa organização de Estado nos incorre nessas amarras e em situações como essa. Em todo o caso, tudo o que libera e facilita a vida de quem quer empreender, desenvolver, gerar empregos em nossa Cidade, cumprindo com as regras do jogo, afinal de contas, a segurança jurídica às regras do jogo deve existir e ser respeitada para que tenhamos um mercado que funcione e que seja efetivamente produtivo. Essas ideias devem ser celebradas, sim, e apoiadas, por isso quero deixar e manifestar aqui os parabéns ao Ver. Cecchim pela iniciativa, tem meu total apoio, e acredito que dos demais Vereadores que apoiam esta causa do empreendedorismo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLL nº 141/14.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, esse projeto se encontra na Casa desde o ano de 2014 e, evidentemente, vem, ao longo do tempo, sendo discutido por várias Comissões da Casa, ao ponto de que observo que o primeiro parecer exarado com relação à proposta, Ver. Mauro Zacher, é de nossa autoria, ainda na Comissão de Constituição e Justiça, de onde estamos afastados há cerca de dois anos, ou mais, na medida em que integramos agora a Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude. O que quero deixar claro, Sr. Presidente, é que os pareceres exarados, tanto na CEFOR, pelo Ver. Aírto Ferronato, que é especialista na área, do Ver. Brasinha, Mario Fraga, ainda na Legislatura passada, todos eles foram

favoráveis à aprovação do projeto. O que não obstou nem impediu agora, depois que o mesmo foi desarquivado, algumas emendas que devem ser devidamente consideradas. Sendo que uma delas, de autoria do Ver. Mauro Zacher, é bastante substancial, e eu não sei se ela mereceu o exame das Comissões anteriormente – pelo visto, não mereceu. De qualquer sorte, me parece que é a tentativa de alterar o art. 1º do Projeto de Lei nº 141/14 (Lê.): “Art. 1º. Fica alterado o inciso I do art. 15 da Lei nº 10.605, de 29 de dezembro de 2008, e alterações posteriores conforme segue”. O que faz o Ver. Mauro Zacher na sua emenda, à qual eu acredito que, obviamente, não altera a disposição das Comissões que já examinaram o projeto anteriormente e o apoiaram, é ser mais claro com relação ao o que é incluído no rol de atividades que a lei permite o licenciamento na via pública. É isso que está acontecendo. Por que a inclusão do crepe e da batata frita? Porque isso não estava claro na lei até agora. O Ver. Cecchim quis deixar muito claro, e o Ver. Mauro Zacher, além do crepe, colocou a batata frita também no rol das atividades permitidas. O art. 15 da lei que o presente expediente e o presente projeto altera é explícito. Diz claramente a disposição do art. 15 da lei em vigor: “Não será concedida autorização para o exercício do comércio ambulante das seguintes atividades em vias e logradouros públicos”; aí elenca uma quantidade imensa que impedirá, certamente, se cumprido rigorosamente, essa atividade. Então, o que se quer: revogar esse, deixar bem explicitados os demais e não permitir, Ver. Thiago, que situações de excepcionalidade possam gerar uma confusão no licenciamento da Cidade. V. Exa. se referiu a um licenciamento recente, transitório, para os senegaleses, por 60 dias, então acho que há um certo exagero na competência que extrapola a lei, e o que se quer com a lei em discussão, que certamente haverá de merecer a aprovação da Casa, é deixar muito explícito o que pode, o que não pode e como deve ser procedida a liberação para as atividades. Obviamente que é muito explícita a lei que diz que, além das considerações estabelecidas, outras tantas devem ser satisfeitas, especialmente na área de saúde pública, pela entidade responsável, que certamente vai impedir que determinadas atividades que possam gerar transtornos ao meio ambiente, à área que são desenvolvidas. Por exemplo, a batata frita que é permitida, hoje, acho que é aquela pré-elaborada não a elaborada no local, onde todos sabemos que produziria algumas manifestações que não seriam do agrado de todos os circunvizinhos, muito antes pelo contrário.

Então, Sr. Presidente, não querendo me estender, concluo dizendo que parece que é um projeto de uma simplicidade absoluta, mas não é; é um bom projeto – Ver. Cecchim, meus parabéns –, que deixa clara a permissão da realização de algumas atividades já tradicionais na via pública de Porto Alegre e que até o presente momento, até a vigência dessa lei não eram permitidas e passarão a ser. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 02 ao PLL nº 141/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLL nº 141/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.** Fica prejudicada parcialmente as Emendas nº 01 e nº 03, quanto à supressão do art. 1º ao PLL nº 141/14.

Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 141/14. (Pausa.). Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.** Aprovados os itens II e III da Emenda nº 01.

Em votação a Emenda nº 03 ao PLL nº 141/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.** Aprovados os arts. 2º e 3º da Emenda nº 03.

Em votação o PLL nº 141/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 131/17. (Pausa.) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 131/17.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Boa tarde, senhores, aproveito o tópico do Requerimento da Ver.^a Sofia para discutir essa questão das escolas municipais, uma vez que recentemente estive com o Secretário da Educação e tomei conhecimento de que hoje a nossa força de trabalho no serviço municipal o está com 25% do seu quadro está com 25% do seu quadro afastado por licença médica, e temos 11% do quadro afastado por incapacidade. Então, a gente tem 36% do quadro, que poderia estar dando aula, poderia estar trabalhando, infelizmente, comprometido, o que certamente contribui para

comprometa o resultado, aumente as listas de espera e prejudique a educação no nosso Município. Enfim, aproveitei o espaço para destacar, infelizmente, esse dado que é preocupante e que precisa sim ser discutido no âmbito daquilo que a gente gostaria de fazer na nossa Educação e no Município. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 131/17.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero dizer que Escola Municipal de Educação Infantil tem que ser pauta de nossa Porto Alegre, de nosso Município, porque as mulheres que querem trabalhar, que querem deixar os seus filhos nas escolas têm que ter vaga. Essa Escola, a Santo Expedito, é uma Escola muito bonita que tem toda a parte estrutural e está sublocada. Estão faltando professores para atender essas crianças. São 171 crianças, menores de idade, até cinco anos de idade, e que precisam de um lugar para ficar, para que, exatamente, as suas mães, as mulheres possam ir trabalhar, possam também garantir a sua autonomia e independência, enquanto cidadãs porto-alegrenses. Por esse motivo estarei votando a favor dessa Moção de Solidariedade que é uma pauta aqui proposta pela Ver.^a Sofia Cavedon. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 131/17.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, primeiro, eu quero dizer da minha alegria, Ver.^a Comandante Nádia, de na segunda-feira vários Vereadores, de todos os partidos, terem visto os rostos e as demandas dessas mães e dessas crianças. Ver. Airto Ferronato, é uma Escola Infantil que está linda, está pronta, que está só esperando o grupo de profissionais para que as crianças, bebês - berçário I e Berçário II - possam ingressar na Escola. Já estão há um semestre sem aula, lá na Zona Norte, ou seja, numa zona muito carente, de muita necessidade; não é um grupo grande

de trabalhadores. Eu espero que o Governo consiga priorizar porque, afinal, a SMED tem quatro mil professores, quer dizer, é possível remanejar, estender algum regime e nomear alguns profissionais para resolver para nós termos um atendimento. Vamos ter 100 crianças, a mais, atendidas, cuidadas, protegidas; famílias e mulheres podendo trabalhar e garantir a renda para a família. Então, é uma solidariedade da nossa Casa que, segunda-feira, inclusive o Ver. Alvoní conversou com toda as mães, as lideranças de todos os partidos; o Ver. Janta, que está com o contato da mãe que está coordenando. Parece-me que o tema é bastante significativo e é, de fato, uma sinalização para o Governo priorizar. A Escola Santo Expedito é uma conquista de Porto Alegre porque é uma escola infantil própria, pois temos uma rede conveniada grande e, há pouco tempo, que temos uma escola infantil própria e ela precisa funcionar a pleno, por isso eu peço o apoio do conjunto dos Vereadores e Vereadoras.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento nº 131/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADO.

O Sr. Aldacir Oliboni (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que o Requerimento nº 132/17 seja o primeiro na ordem de priorização de votação da Ordem do Dia de segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Teremos um Veto que está trancando a pauta de segunda-feira. Pode ser logo após o Veto?

O Sr. Aldacir Oliboni: Sim.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 125/17. (Pausa.) O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 125/17, como autor.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente e Srs. Vereadores, estou fazendo esta Moção a pedido do nosso Secretário de Relações Internacionais da Força Sindical, Nilton Souza Neco, que esteve na Venezuela antes do nosso Congresso, convidando os dirigentes sindicais de lá a participarem. E lá ele viu de perto, durante uma semana, a realidade do povo venezuelano; ele foi a supermercados, farmácias, andou pelas ruas, foi nas casas e nos locais de trabalho dos trabalhadores venezuelanos, e viu a realidade que não aparece para nós aqui. A realidade de um povo sofrido, de um povo que vive na miséria; que se encontra, na sua grande maioria, desempregado; um povo que não consegue produtos básicos para sua higiene pessoal nem para se alimentar; um povo que está entrando pelo Norte do Brasil para arrumar emprego, um povo que está fugindo do seu país. Uma realidade em que alguns dos seus dirigentes têm que fugir da Venezuela e pedir asilo político em outros países. Os membros da central de trabalhadores da Venezuela estiveram no congresso da força sindical e deram depoimentos, além dos nossos dirigentes que lá estiveram. É uma realidade triste, de decadência de um país rico em petróleo, de um país que pode, muito bem, rapidamente, sair dessa crise se quiser; um país que vem fazendo seu povo sofrer.

Então nós queremos aqui pedir a compreensão dos Vereadores, porque, fora de questões ideológicas, fora de questões de direita e esquerda, seja lá o que for, é uma questão de sobrevivência de um povo que está sofrendo, e é visto a olho nu o sofrimento desse povo, desses trabalhadores, dessas famílias que não têm o básico para sobreviver, que não têm o básico para sustentar. Não é por ser um regime capitalista, socialista, comunista, seja qual for o “ista” desse regime; é um regime que não permite que as pessoas tenham dignidade, que as pessoas levem a sua vida com decência, não permite que os trabalhadores tenham um emprego, que os trabalhadores tenham condições humanas de sobrevivência.

Então nós estamos encaminhando essa Moção de Solidariedade ao Povo Venezuelano, através da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, a esse povo sofrido. Pedimos o apoio de todas as bancadas, de todos os Vereadores desta Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 125/17.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Boa tarde, colegas Vereadores. Inicialmente, eu queria saudar a iniciativa do Ver. Cláudio Janta, que propõe esta Moção de Solidariedade muito importante ao povo venezuelano, que sofre, há alguns anos, com essa ditadura que vem massacrando as liberdades e todos os direitos humanos que se pode pensar em defender no nosso planeta. Temos uma situação muito preocupante na Venezuela, que enfrentou e enfrenta problemas de autoendividamento, inflação, aparelhamento de instituições, desrespeito total a qualquer comportamento republicano e que chegou onde chegou. Gostaria de aproveitar o momento para saudar alguns amigos que fiz quando estudei nos Estados Unidos, são venezuelanos quer foram estudar nos Estados Unidos, tentar, neste respiro de liberdade, se capacitar para ajudar seu país. E aqui faço referência ao Pedro Urruchurtu, à Ana Margarita, à Liesl, ao Isaac, à Anabel Navarro, e a uma liderança política que luta pela liberdade e que, neste momento, está sofrendo muito com a restrição de sua liberdade pelo ditador Nicolás Maduro, que é a María Corina Machado Parisca. Então, esse regime chegou ao poder com o apoio também de alguns partidos políticos brasileiros e algumas lideranças importantes, como Lula, que fez campanha para o ditador Nicolás Maduro, para Hugo Chávez. Infelizmente, agora estão vendo o resultado dessas políticas públicas fracassadas e autoritárias. Então, o recado final é que a gente tenha liberdade na Venezuela e abaixo o socialismo, em especial o bolivariano. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Pinheiro assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 125/17.

O SR. CASSIO TROGILDO: Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos acompanha pela TVCâmara, falo em nome do PTB, Vereadores Paulo Brum, Dr. Goulart, Luciano Marcantônio. Normalmente não me atenho

à discussão de temas que não sejam referentes à Cidade, não que o Vereador não possa tratar de temas que não digam respeito à Cidade, mas normalmente me atendo mais às questões relacionadas à Cidade. Eu estive na Venezuela, na cidade de Valencia, ainda quando estava na Secretaria Municipal de Obras e Viação, Ver. Aldacir Oliboni, isso no ano de 2005; portanto, há 12 anos, e a situação da Venezuela, Ver. Dr. Goulart, já era bastante complexa. Na Venezuela, fiz alguns amigos, Ver. Aírto Ferronato, tanto de Valencia quanto da capital, Caracas, e realmente temos acompanhado. E foi dito por essas próprias pessoas que vivem na Venezuela, que são cidadãos venezuelanos, Ver.^a Comandante Nádia, o quanto está difícil a situação na Venezuela.

Então quero parabenizar o Ver. Cláudio Janta, acho muito louvável que tragamos este tema e a solidariedade ao povo venezuelano para cá. É muito mais importante a solidariedade ao povo venezuelano, Ver. Felipe Camozzato, do que ficar fazendo Moção de Repúdio ao Governo Venezuelano. E verificamos o quanto uma ditadura pode estar disfarçada de democracia.

Vou citar alguns exemplos, eu conheço famílias na Venezuela, Ver. Mauro Pinheiro, como a família da Dra. Dinorah Castro de Guerra – eu digo doutora porque ela é uma pós-doutorada na área da genética –, hoje ela tem um salário de 50 dólares pago pela universidade. E pior do que ter um salário de 50 dólares, Ver. Alvoní Medina e Ver. José Freitas, que acompanham aqui atentamente, é não conseguir comprar nada com 50 dólares, porque há lá um desabastecimento gigantesco.

Então, o quanto, Ver. Matheus Ayres, os governos realmente podem destruir um país – e é isso que aconteceu e continua acontecendo na Venezuela. Todos os dias têm notícias nas redes internacionais. Quem pode, quem tem condições vão para fora do País, vários locais do mundo estão recebendo aqueles que tem condições; e as principais cabeças pensantes da Venezuela estão sendo exportadas. Os índios estão fugindo para o Brasil, pela fronteira da Amazônia. Então, realmente é uma situação muito complexa, beira a guerra civil.

Eu encaminho aqui, em nome da bancada do PTB, pela aprovação desta Moção e que o povo venezuelano possa, o mais rápido possível, no período mais curto de tempo, Ver. Valter Nagelstein, achar um horizonte para poder ter uma vida melhor, que tanto merece esse povo venezuelano, latino, um povo alegre, caribenho, e que merece melhores condições de vida. Muito obrigado e um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 125/17.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Nós, do PSOL, vamos apoiar a Moção de Solidariedade do Ver. Janta ao povo da Venezuela. O Ver. Janta, na sua intervenção, fez questão de frisar que não há um objetivo ideológico, e sim, de solidariedade genérica. Eu acho que é importante, é útil debatermos a Venezuela, e óbvio que o tempo é muito curto, porque a situação da Venezuela é terrivelmente complexa, um país que atravessa uma crise brutal. Não é o único do mundo, não é o único da América Latina, mas é um dos que tem a crise mais avançada, uma crise econômica, social, com elementos de crise humanitária pelo terrível desabastecimento. E é também um país em que o tecido social está em um nível de esgarçamento muito complicado sem que haja alternativa. Eu tomei a palavra aqui porque acho que sendo consciente de que há um processo muito avançado de burocratização e um regime com, no mínimo, elementos fortes para usar a definição mais amena de autoritarismo e de limitação de liberdades democráticas, com as quais nós não compartilhamos, mas eu acho que reconhecer esses graves problemas de autoritarismo e de burocratismo, inclusive de corrupção no interior do regime, não pode nos fazer apoiar as saídas fascistas e reacionárias que setores da burguesia venezuelana defendem no interior do país, promovendo o desabastecimento. O desabastecimento não é só produto de uma escassez burocrática, ele é produto também de uma política consciente da burguesia venezuelana, que historicamente teve ligação com a burguesia norte-americana, que historicamente fez da Venezuela um país tremendamente dependente do imperialismo norte-americano. Aqueles que negam a existência do imperialismo deveriam refletir melhor sobre a situação da América Latina e conhecer melhor as lutas de libertação nacional que tivemos na América Latina. A Venezuela tem sido parte dessas lutas, e foi uma ponta avançada dessas lutas, inclusive com o advento do chavismo. O chavismo na Venezuela só surgiu como um movimento nacionalista revolucionário, porque nós tivemos na Venezuela, em 1989, pelos governos burgueses normais, no

sentido de serem governos que defendiam os interesses dos grandes empresários associados aos empresários norte-americanos, um massacre em fevereiro, cujo resultado foram mais de quatro mil pessoas mortas na Venezuela. Quatro mil pessoas mortas na Venezuela! O Chávez foi um líder que surgiu rejeitando esse massacre, conhecido como “Caracaço”, na rebelião de 1989. Só se explica o chavismo pelo trauma que a sociedade venezuelana viveu, provocado pelos mesmos setores que querem derrubar o governo pela via da força, pela via contrarrevolucionária, utilizando um descontentamento de massas que existe na Venezuela, mas tratando de canalizar esse descontentamento para uma saída reacionária que pode, inclusive, fazer com que as liberdades democráticas, que hoje são pequenas na Venezuela, sejam ainda menores. Então, é uma situação de crise, porque o Governo Maduro é incapaz de levar adiante o desenvolvimento nacional, porque é um governo que já está tomado por uma casta burocrática muito pesada, inclusive pelos setores militares. Mas, e eu digo que este “mas” tem muita importância, porque há setores... E o Ver. Felipe Camozzato, com a sua sinceridade neste caso, e não é uma crítica, a crítica que tenho é à posição política que ele expressa, mas ele usa a palavra e diz a baixo o socialismo bolivariano. E eu sou daqueles que acha que o bolivarianismo como movimento político surgiu na América Latina a partir de mobilizações justas do povo pobre, de camponeses, de setores militares explorados, de trabalhadores. Não é à toa que a Bolívia teve inúmeros progressos com a vitória que depois de expressou com Evo Morales. Nós tivemos muitos progressos na América Latina e o chavismo também foi parte desses progressos. Agora, os processos revolucionários quando não avançam, infelizmente, muitas vezes, estagnam e retrocedem. No caso da Venezuela, nós estamos diante de um retrocesso. E nós reconhecemos que é um retrocesso, mas reconhecer que é um retrocesso não quer dizer que nós não vamos tentar de novo. Saibam que nós vamos tentar sempre construir modelos alternativos ao imperialismo e ao capitalismo.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 125/17.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Senhoras e senhores, eu trago aqui o livro do Senador Pedro Simon, que faz uma compilação das obras do político Alberto Pasqualini, que foi o ideólogo do trabalhismo. Alberto Pasqualini, em um discurso em Caxias do Sul, em 1946, faz a diferença do trabalhismo e do socialismo. E vejam o que ele diz naquela época. (Lê.): “Se teoricamente o estado socialista deveria ser o Estado dos trabalhadores, existindo para ampará-los e protegê-los, sabemos que na prática não é bem assim. No próprio Estado socialista há tendência de se formarem duas classes: dos que mandam, que estão em cima e a dos que obedecem, que estão embaixo. E o pior é que, dispondo os primeiros dos meios de coerção, os outros não têm a quem apelar. Numa humanidade cheia de imperfeições, um regime dessa natureza pode levar o homem à escravidão. O mundo socialista poderia, pois, do ponto de vista jurídico da sociedade, eliminar as classes, mas não poderia eliminar a hierarquia e a polícia. O proletário continuará sendo proletário, ao passo que o patrão será apenas pelo burocrata ou pelo agente da autoridade pública. Creio que a melhor forma de realizar a justiça social será ainda empregando os métodos de liberdade e não os processos de violência e de coação. Nenhuma transformação ou organização social estável será possível ser, ao mesmo tempo, não se reformar o caráter e não se aperfeiçoarem os sentimentos dos homens”. Não foi um autor liberal que escreveu isso, foi Alberto Pasqualini, o grande teórico do trabalhismo. E aí o Alberto Pasqualini e, depois, o PDT acabou indo para o outro lado, tanto que o Darcy Ribeiro e o Brizola criaram aquele neologismo do socialismo moreno. Na verdade, Janta, sim, nós temos que nos dirigir ao povo da Venezuela, e aí eu aplaudo a tua moção. É um povo que está desesperado, oprimido, exatamente por essa ideologia. Não é que não há ideologia; há ideologia! O fato é que o século XX nos trouxe, ao longo de todo o século, em todos os países, mesmo destino. Quem é que domina nesses processos? A burocracia partidária – é isso o que eu venho dizendo aqui. À guisa de se combater uma aristocracia, à guisa de se combater uma elite corrupta, nós substituímos um suposto capitalismo, que nunca existiu na Venezuela, porque havia, sim, uma elite corrupta que se instituiu e se criou em cima de uma *commodity*, que é o petróleo. Em todos os países que têm economia em cima de *plantation* ou de *commodity* acontece isso, e nos países árabes da mesma forma. Então, substituiu-se aquilo que não era um capitalismo verdadeiro, que não era um estado que fazia justiça social e que criava o meio ambiente, por um discurso socialista, sim; por um discurso populista, sim. O Presidente

aqui disse – eu também aplaudo suas palavras – que estamos no limiar de uma guerra civil. E só não há guerra civil porque a população civil foi desarmada, a exemplo do que aconteceu ou do que estava acontecendo aqui no Brasil dentro dos propósitos do foro de São Paulo. E falar isso não é falar reacionarismo; falar isso é reafirmar uma ideia e uma convicção de que essa ideia do socialismo e a ideia de um liberalismo extremado são duas faces de uma mesma moeda. Nem nós podemos, Ver. Camozatto, nos render somente à lógica de que o poder econômico... Porque o próprio Adam Smith já disse que a tendência natural do capitalismo é o ganho de escala. E, nesse ganho de escala, quem vai enriquecendo vai comprando mais, até que chega ao monopólio, e aí é que existe a função do Estado, sim, de regulação, como aconteceu nos Estados Unidos: a família Rockefeller era dona do petróleo nos Estados Unidos, o Governo americano, na década de 30, foi lá e cindiu em sete, criou as Sete Irmãs. Por isso que, nas legislações modernas, há a legislação antitruste, antimonopólio, antiduping, que é exatamente para se evitar esses fenômenos negativos que o capitalismo pode ter. Agora, para além desse liberalismo fundamentalista desmedido, eu acho, sim, que a liberdade é o melhor caminho, por isso tenho defendido as ideias do liberal conservadorismo, que não é nem a ausência completa do estado e também não é intervenção, a opressão que os socialistas defendem. Agora, o que nós vivemos e o que o povo experimenta na Venezuela é uma experiência real de socialismo com todos os fenômenos negativos que o socialismo tem, com opressão, com cadeia, com tortura, com demagogia. E é isso o que aquele povo está sofrendo. Há o desabastecimento de gêneros e produtos, itens de primeira necessidade... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o final do seu pronunciamento.) Não é por outra razão, senão por isso. Porque as coisas não funcionam nesta cartilha, deste modo. Falta inclusive papel higiênico no país. Cuba dá esse exemplo. Então pode-se dizer: “Bom, mas Cuba sofre um bloqueio dos Estados Unidos por tantos anos”, mas não é só isso. Obviamente que nós não desejamos um bloqueio, queremos o fim do bloqueio, mas são os fenômenos que a economia nos mostra que acontecem nesses regimes. Então o que eu desejo para a humanidade é liberdade, segurança jurídica, ética, respeito e que a gente possa melhorar reformando as instituições que podem ser reformadas. Isso se encontra no meio. A virtude se encontra no meio. E nós temos, sim, que apoiar o povo venezuelano que está sofrendo por um

regime opressor socialista. Então, em nome da minha bancada, eu espero, desejo dizer que vamos encaminhar favoravelmente. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 125/17.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vou representar a fala aqui do Adeli também, não se preocupem, não fiquem preocupados com a divisão do Partido dos Trabalhadores, não é, Adeli, Oliboni e Marcelo?

Então eu quero, Ver. Janta, elogiar o texto, porque eu estava preocupada em ver qual era a moção. Acho que o Ver. Janta coloca aqui de uma maneira muito clara sobre a queda dos preços do petróleo, desde 2014, porque a economia da Venezuela é muito fundamentada e sustentada pelo petróleo – discordemos ou não de Hugo Chavez – e nós sabemos de toda a ligação militar, é muito diferente do contexto brasileiro. A Venezuela fez um movimento de nacionalização do seu petróleo, valorização dessa riqueza para reverter em benefício do povo venezuelano. E nós sabemos, e veja que eu apartei claramente o regime porque aqui ninguém defende regime capitalista autoritário nem socialista autoritário. Nós queremos democracia. Nós estamos vivendo um momento no Brasil de supressão da democracia, quando o Presidente do Supremo Tribunal Eleitoral Gilmar Mendes votou contra o fim do financiamento empresarial de campanhas, engavetou por dois anos essa votação, viabilizou que em 2014 as eleições fossem financiadas por empresas com a sua atitude, e ele hoje preside o Tribunal Superior Eleitoral e não afastou Temer; enfim, tem uma posição claramente politizada. Eu não acho que nós tenhamos democracia plena quando a Justiça tem lado; quando a Justiça age de maneira casuística em nome de determinados grupos.

Então, eu cuido muito que possamos criticar sistemas políticos, sejam de esquerda ou de direita, mas quero concordar que a guerra internacional do petróleo, por exemplo, quebrou a Venezuela e quebrou o Brasil economicamente por um longo tempo. E essa crise na Petrobras, independente do tema Lava Jato, tem muito a ver com os valores do petróleo, pois era U\$ 100 o barril e baixou, por uma pressão internacional, inclusive dos Estados Unidos, porque a geopolítica, o imperialismo continua impondo aos países a sua

política. E interessava que o preço lá embaixo - bancado pelos países árabes - quebrasse ou colocasse a Petrobras à venda, como está hoje – a enorme riqueza do pré-sal brasileiro. E isso causou um estrago enorme no povo venezuelano, passam necessidades extremas, como a escassez de produtos básicos, alimentos, material de limpeza e higiene, os apagões. E nós, aqui, como Câmara de Vereadores, nos solidarizamos com o povo venezuelano. Então, a nossa posição será favorável com esse sentido muito claro, dizendo aos senhores e às senhoras que ninguém pode submeter os povos e a sua soberania em nome do imperialismo. E isso, infelizmente, tem pautado inclusive intervenções historicamente nos países.

Em janeiro deste ano eu estava no Equador e o debate das eleições equatorianas era muito semelhante ao debate que havia no Brasil, dos projetos em disputa. Há projetos, há visões de sociedade em disputa; que bom que essas visões continuem sendo dirimidas através de métodos democráticos, de métodos republicanos, de um aprofundamento da democracia e não de usurpação da democracia, seja pelas armas, seja pela dominação da mídia e do poder econômico, seja do poder econômico dominando o Judiciário ou dominando os parlamentos. Nós queremos democracia plena, liberta, onde o povo vá decidindo os seus caminhos, a sua economia, o seu modo de viver. Nesse sentido, tenho certeza, é o voto da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, ao PLCL nº 021/14.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLCL nº 021/14 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 125/17.

O SR. AIRTO FERRONATO: Caro Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, estava eu prestando atenção aos debates e também estive na Venezuela. E eu sou, com muito orgulho, do Partido Socialista Brasileiro, nós, Ver. Paulinho Motorista e eu. E nós

compreendemos que as conversas que se deram misturaram as coisas. O socialismo, em primeiro lugar, não é o comunismo. Eu ouvi Vereador dizer o seguinte: o socialismo é o caminho para o comunismo. Também não é. E o socialismo é, na minha maneira de ver as coisas, o caminho para as questões do País, como um partido, inclusive, até moderador de posições mais extremadas. Nós dizemos que burocracia partidária, como ouvi, que a burocracia partidária, a burocracia de comando das coisas do País, a burocracia se estabelecendo em empresas, que eu também não acho o fim do mundo, talvez não seja ruim, mas nós não podemos compreender que a burocracia que se estabeleceu em países, principalmente, do leste da Europa, que aquela burocracia estabelecida seria uma democracia socialista. Não é. Socialismo é uma coisa muito maior, muito mais ampla e que envolve a liberdade e igualdade. Nós somos o Partido da pomba, o Partido Socialista Brasileiro. Dizer que opressão é coisa do Pasqualini, que opressão e repressão é coisa do socialismo é um engano que vem desde mil novecentos e quarenta, conforme leu o nobre Vereador Valter Nagelstein. Se Alberto Pasqualini, ilustre figura gaúcha e brasileira escreveu isso, com todo o respeito ele escreveu uma grande bobagem, e essa grande bobagem não me serve. Portanto, estamos aí para dizer que vamos votar favoráveis à proposta, ao nosso requerimento, mas que é preciso separar socialismo, comunismo e outras questões de opressão. Um abraço. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento nº 125/17. (Pausa.)
Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

(16h38min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA ESPECIAL

Não há quem queira discutir, está encerrado o período de discussão da Pauta Especial.

Passamos à

PAUTA

Não há quem queira discutir, está encerrado o período de discussão da Pauta.
Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h39min.)